

O Estado Novo, novas abordagens: a gradativa mudança na historiografia brasileira e escolar

Mônica Porto Apenburg Trindade¹

Resumo

A proposta desta investigação é percorrer alguns trabalhos realizados desde a década de 1980, período marcado pela ampliação do campo de possibilidades da historiografia brasileira nos estudos relacionados ao Estado Novo, perpassando pelos anos de 1990, fase onde aparecem de forma mais acentuada textos voltados para esse tema e as primeiras décadas do século XXI. O objetivo foi verificar através dessas obras, como ocorreram as mudanças gradativas da historiografia ao longo dos anos em relação às perspectivas sobre o regime estadonovista, procurando perceber os resultados dessas transformações e seus impactos nos estudos referentes ao Estado Novo. Em relação aos aspectos da Era Vargas, exibimos o debate que foi travado pela historiografia referente ao Golpe de 1930, além de apontarmos as pesquisas mais recentes em torno do estadonovismo e livros didáticos.

Palavras-Chaves: Estado Novo, Historiografia, Mudanças.

The New State, new approaches: the gradual change in Brazilian historiography

Abstract – The proposal of this investigation is to go through some works done since the 1980s, a period marked by the expansion of the field of possibilities of Brazilian historiography in studies related to the Estado Novo, going through the 1990s, a phase in which texts that focus on this theme and the first decades of the 21st century appear more markedly. The objective was to verify through these works, how the gradual changes of the historiography occurred over the years in relation to the perspectives on the estadonovista regime, trying to perceive the results of these transformations and their impacts in the studies referring to the Estado Novo. Regarding aspects of the Vargas Age, we present the debate that was waged by the historiography referring to the 1930 Coup, in addition to pointing out the most recent surveys around estadonovismo and textbooks.

Keywords: New State, Historiography, Changes.

Artigo recebido em 27/04/2017 e aceito em 15/06/2017.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Compreensões historiográficas em torno do Estado Novo

Sem dúvida alguma, o Estado Novo foi uma fase singular na vida nacional e representou para a historiografia brasileira um recorte temporal rico em possibilidades de pesquisa. No entanto, desde que iniciaram os estudos voltados para esse período, a historiografia tem experimentado importantes transformações que contribuíram para diferentes perspectivas sobre o regime. É a partir dessas mudanças que começaremos a percorrer pelo universo estadonovista e verificarmos como alguns historiadores o conceberam.

Criado em 10 de novembro de 1937, pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), o Estado Novo foi analisado em seus mais variados aspectos por historiadores e demais pesquisadores de outras áreas do conhecimento científico como sociólogos e cientistas políticos. Marcado por um perfil centralizador, nacionalista e autoritário, esse período conquistou o interesse de estudiosos que tentaram compreendê-lo em seus aspectos políticos, econômicos e, de forma mais recente, cultural.^{II}

Diante disso, pretendemos examinar como parte da historiografia brasileira abordou essa fase, observando suas perspectivas e avanços nas análises realizadas a partir dos anos 1980, período no qual ocorreu uma ampliação do campo de possibilidades em relação aos estudos sobre o regime estadonovista. Almejamos ainda verificar entre os trabalhos historiográficos, se houve ou não recorrência de textos que relacionassem Estado Novo e Livros Didáticos.

Assim, tendo exposto nosso objetivo, prossigamos então, caracterizando o regime. O Estado Novo foi interpretado durante algumas décadas pela historiografia brasileira como a culminância do processo “revolucionário”, iniciado em outubro de 1930, quando Vargas conseguiu depor o governo de Washington Luís. Nos anos 30 do século XX, a história política brasileira atravessava um período de forte instabilidade e intenso debate. Havia uma preocupação em torno do estabelecimento da democracia, do sistema Liberal, da ditadura militar e sobre o desprestígio da política.

Marilena Chauí, prefaciando a obra 1930: o silêncio dos vencidos, escrita por Edgar de Decca, em 1981, afirmou que o termo “Revolução de 30” começou a ser repensado na década de 1980 sob a seguinte ótica:

“Revolução de 30” é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, à prática e a memória do vencedor, elevados à condição de memória histórica. Esta generaliza o passado para toda sociedade brasileira, fornecendo a representação de uma “revolução” una e única.^{III}

Chauí ainda assegurou que para ser desconstruída a ideia de “revolução”, fazia-se necessário “dar voz aos vencidos”, à classe excluída que não teve o direito de participar dessa memória coletiva. Paralelamente a isso, era preciso desvendar a maneira como o vencedor produziu a representação da sua vitória, mas, sobretudo, mostrar como a própria prática dos vencidos participou dessa construção, deixando-a se erguer.^{IV}

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Ainda sobre as questões em torno do termo “Revolução”, Vavy Pacheco Borges, refletiu em seu texto *Anos Trinta e Política: História e Historiografia*, publicado originalmente em 1998, a respeito de como a historiografia abordou os anos 1930 e como Vargas tentou contrapor um “novo sistema” a um “velho modelo” de República a partir do estabelecimento do Estado Novo. A autora também buscou compreender se este período marcou uma época de ruptura ou continuidade e se o conceito de revolução foi adequado ao momento.

De acordo com Borges, a Revolução de 1930, culminando com o estabelecimento do Estado Novo, constituiu, sem dúvida, um momento de ruptura sob o ponto de vista da história das instituições políticas.^V Ela ainda acrescentou que tal perspectiva contribuiu para a reconstituição de um percurso único e linear dos acontecimentos, em detrimento de uma pluralidade no campo das possibilidades históricas.

As afirmações da autora são respaldadas em fontes como jornais, levantamento da produção acadêmica brasileira de História entre os anos 1985-1994, discursos, dicionários e a partir de documentos encontrados no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil), no âmbito da FGV (Fundação Getúlio Vargas).^{VI}

Ainda no que diz respeito ao debate em torno do período estadonovista como um momento de interrupção, essa proposta de rompimento com um velho modelo político a partir de 1937 esteve inserida na pauta doutrinária do Estado Novo. Mônica Pimenta Velloso em seu texto *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*, publicado originalmente em 1997, afirmou que o objetivo dos intelectuais contratados por Getúlio Vargas para elaborar a doutrina do regime, era apontar à população os males advindos do liberalismo que, segundo a ideologia estadonovista, teria gerado o desastre da nacionalidade brasileira, por se caracterizar numa prática importada.

Diante disso, o Estado Novo marcaria uma época redentora, contrapondo-se ao caos e desordem instalados através da política liberal. De acordo com Velloso, “a doutrina do regime procura realizar um corte histórico no tempo, mostrando que o presente veio expurgar os erros do passado”.^{VII}

No entanto, a década de 1980 assinalou mudanças no que diz respeito ao olhar historiográfico diante dos desdobramentos referentes à década de 30 e, principalmente, em relação ao Estado Novo. Trabalhos como os de Aspásia Camargo, Gerson Moura, Luciano Martins e Ângela C. Gomes, foram inovadores no ponto de vista interpretativo desse período. As forças populares passaram a ocupar um lugar de destaque na análise dessa fase, antes centrada somente na atuação do Estado e os conflitos no interior das elites contrapondo-se a ideia de unicidade entre elas se tornaram também objeto de reflexão.

Mediante essa reinterpretação a respeito dos anos 1930, podemos refletir sobre como a historiografia foi reajustando suas análises em relação ao período. De fato, a década de 1980 representou uma fase onde ocorreram mudanças importantes na maneira de interpretar a chamada “Era Vargas” pelos historiadores. Diante dessas mudanças

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

conseguimos elaborar indagações no sentido de como os historiadores, marcados então por um novo paradigma, abordaram, esse momento político nos livros didáticos?

Podemos afirmar ao menos, a partir dessa revisão historiográfica e de outros elementos que apontaremos no decorrer do trabalho, que apesar das novas perspectivas surgidas na década de 1980, ainda existem alguns aspectos que precisam ser analisados de maneira mais aprofundada pelos historiadores em relação ao período estadonovista. Um exemplo disso são as questões que envolvem Estado Novo e Livros Didáticos.

Através da nossa própria experiência enquanto discente do Ensino Médio, nos anos de 2008-2010, notamos certa discrepância entre as análises historiográficas a partir dos anos 80, permeadas por mudanças expressivas quanto aos conceitos e personagens históricos e a aplicação da mesma nos livros didáticos. Dito de outra forma, percebemos um afastamento entre o discurso acadêmico e o conteúdo ensinado em sala de aula. O tema referente ao Estado Novo nos livros didáticos à época encontrava-se sob uma perspectiva positivista, centrada nos aspectos políticos e econômicos e com atividades voltadas preponderantemente para a memorização.

Ainda no que tange à nossa vivência como aluna, desta feita do curso de História, da Universidade Federal de Sergipe, entre os anos 2011-2014, ao cursar a disciplina Brasil República, verificamos também, embora que de maneira menos divergente em relação ao Ensino Médio, a carência de um debate mais diversificado diante das possibilidades de estudo sobre o período estadonovista.

A proposta dessa disciplina é abarcar vários temas que envolveram o período republicano brasileiro, dentre eles, o Estado Novo. Diante dos textos indicados e das aulas ministradas, percebemos claramente que essa fase ainda é apreendida muito mais em seus aspectos políticos, centralizando nas relações entre Vargas –Trabalhadores – Sindicato. No entanto, tomamos conhecimento também sobre o universo cultural que aflorava nesse período, embora de maneira tímida, com o foco na música, sendo protagonizada pelo samba e literatura.

Edgar de Decca, em seu trabalho realizado ainda na década de 1980, já havia interrogado a respeito das relações de poder que permearam os enunciados dos temas propostos pelos discursos produzidos na universidade. Ele afirmou que a repetição na escolha dos mesmos temas por parte da historiografia à época, sem questionar o tema enquanto tal, aceitando a construção histórica que referenda a explicação dos fatos como marcos definidores, sem a elaboração de uma crítica e de uma interpretação que contemplasse os mais variados aspectos em torno do tema, constituiu numa tentativa de legitimar o saber dominante como único espaço possível ao exercício intelectual e permanecer dentro dos parâmetros pré-estabelecidos pelo grupo.^{VIII}

Já em relação à nova camada de interpretações para o regime, Maria Helena Capelato, em Estado Novo: Novas Histórias, publicado originalmente em 1998, considera que o Estado Novo constituiu-se num tema de especial interesse principalmente para os que se dedicaram ao estudo dos aspectos políticos e culturais dessa fase.^{IX} Embasando-se no levantamento das dissertações e teses dos Cursos de Pós-Graduação em História, realizadas entre 1980-1995, a autora procurou não somente apontar a quantidade de trabalhos voltados para o estudo desse período, bem como

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

indicou trabalhos que procuraram tocar no aspecto educacional referente ao Estado Novo.

Ela constatou que as investigações elaboradas a partir dos anos 1980, buscaram esclarecer aspectos do Estado Novo que não foram contemplados nas análises anteriores.^X Os estudos do populismo, por exemplo, até a década de 1970 tendiam a focar o processo histórico mais geral, abarcando o período de 1930 a 1960. Esse método explicativo mais amplo não permitia refletir sobre as especificidades de cada etapa desse processo, não levando em conta as particularidades nacionais nem os aspectos conjunturais.

O mesmo problema ocorreu com as pesquisas em torno do conceito de autoritarismo. Segundo Capelato, estudos relacionados à constituição e natureza desse fenômeno foram recorrentes no final dos anos 1970 e início da década de 1980, principalmente por conta do golpe de 1964. Devido a isso, buscou-se também uma maior compreensão desse conceito no que tange ao período de 1930, com destaque para o Estado Novo.^{XI}

Ela admitiu também, que na década de 1970 existiam poucos trabalhos referentes ao Estado Novo, sem falar que esse número reduzido ficou ainda mais a cargo de profissionais de outras áreas do conhecimento, sendo os estudos agrupados em três segmentos:

Estudos que procuraram mostrar a política trabalhista como uma conquista da classe trabalhadora e não como dádiva; estudos que defendiam a tese da hegemonia e da autonomia do Estado na condução do processo histórico e estudos que relacionavam o processo de forma direta aos interesses do capital industrial. Contudo, os textos careciam de maior embasamento empírico, as fontes eram secundárias e poucas delas, novas.^{XII}

No entanto, ocorreu uma revisitação desse período por parte dos pesquisadores na década posterior, mediante uma nova concepção de pensamento histórico e devido às grandes transformações ocorridas no mundo suscitadas pelas Guerras Mundiais, pela crise do Liberalismo, desenvolvimento tecnológico e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Esse contexto sócio-político-econômico propiciou aos historiadores atentarem para aspectos anteriormente encarados como pouco relevantes para os estudos sobre o período estadonovista.

Diante disso, emergiram diferentes propostas de análises pela historiografia, como por exemplo, o surgimento de trabalhos voltados para a compreensão da relação entre o Estado Novo e os meios de comunicação à época, dentre eles, o rádio,^{XIII} mídia largamente utilizada por Getúlio Vargas em sua gestão.

Em relação às “novidades” quanto aos estudos do período estadonovista, Capelato preocupou-se em mencionar alguns autores que tocaram no aspecto educacional dessa fase. Ainda assim, os trabalhos voltados para a educação mencionados pela autora, são reduzidos a apenas algumas publicações,^{XIV} mostrando o caráter político-ideológico e as transformações do processo educacional do regime.^{XV}

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Contudo, insistimos ainda com a seguinte indagação: a proposta desses autores nos trabalhos indicados contempla o Estado Novo enquanto regime retratado pelos livros didáticos? Em caso positivo, como o período foi descrito nos livros didáticos entre as décadas de 80 e 90, época da publicação das obras citadas? Esses são alguns questionamentos que carecem de respostas e problematizam o enfoque dado ao Estado Novo.

Com o surgimento da vertente política, o “tempo presente”, as relações entre passado e presente na história assumiram novos contornos. Começaram a ser apontados os usos políticos desse passado e como o mesmo deveria ser interpretado em função das necessidades do presente. Logo, esse modo de percepção do real foi alterado modificando o rumo das pesquisas do século XX.

Francisco Carlos Teixeira da Silva admitiu que a historiografia tradicional mantinha uma desconfiança perante os estudos que hoje conhecemos como “tempo presente”. Daí a persistência em enfatizar as pesquisas ligadas ao período colonial, relegando à segundo plano os estudos sobre a “Era Vargas” e, principalmente, o Estado Novo.

Ele advertiu ainda que os grandes debates, influenciados pela história econômica, impactada pela primeira geração dos *Annales*, giravam em torno de temas como escravidão, o regime de terras, a forma ou existência do mercado interno e as discussões sobre o “pacto ou sistema colonial”.^{XVI} Assim, os estudos voltados para o “tempo presente”, a partir dos anos 1980, contribuíram também para uma mudança de foco temático e analítico dos eventos.

Nessa época, de acordo com Silva, aconteceu uma diminuição de trabalhos sob o viés economicista, graças ao esgotamento do próprio marxismo acadêmico e político. Diante disso, a historiografia nesse momento passou a apresentar uma abordagem menos estruturalista, buscando novas metodologias e outros quadros teóricos para suas análises. O discurso, as diferenças, os grupos sociais e suas representações começaram a fazer parte do universo do historiador.

Exemplo dessas mudanças apontadas por Francisco Carlos Teixeira da Silva é o trabalho de Giselda Brito Silva, *No Campo Político da Direita: Os Conflitos Entre a Polícia do Estado Novo e os Integralistas*. Amparada por fontes documentais pesquisadas a partir do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder, da AIB (Ação Integralista Brasileira), do CPDOC, além de fontes como jornais, memórias, biografias, e entrevistas, a autora procurou apontar as contradições existentes na relação entre Vargas e os integralistas, onde o discurso serviu como instrumento de legitimação do poder, nas disputas engendradas por ambos.

Através da leitura das fontes, Giselda Brito da Silva identificou vários casos de buscas, apreensões, perseguições, prisões e até mortes de integralistas, o que indica uma desarmonia entre a tentativa de um discurso hegemônico de amizade entre eles, propagandeado pela mídia, devido ao combate a um inimigo comum, os comunistas. Por outro lado, a autora não nega que “existiram acordos tácitos contra o comunismo,

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

permeados por muito fingimento desconfianças e conflitos declarados por ambos os lados”, tanto da parte do presidente, quanto dos integralistas, na pessoa de Plínio Salgado.^{XVII}

Ao analisar os discursos emitidos nos jornais e os relatórios feitos pela polícia, Brito conseguiu perceber o mundo de aparências que rodeava essa relação e o distanciamento entre discurso e prática, tanto por parte do Estado, quanto dos integralistas. Ela observou que alguns policiais chegaram a comparar os integralistas e os comunistas como “dois lados da mesma moeda”, ambos provenientes de modelos de ideologias externas e facciosas.

Diante disso o governo “necessitou” mobilizar sua polícia, haja vista ao crescimento no número de integralistas desde 1936, havendo pouco espaço para interpretações homogeneizantes acerca de suas relações. Brito afirmou que na realidade, Vargas e os integralistas tinham pontos em comum, interesses em comum, e por isso mesmo, muitas divergências se considerarmos que Plínio queria o cargo de chefe nacional e Vargas também.^{XVIII}

Além do trabalho de Giselda Brito Silva, que demonstrou afinação com uma nova proposta de pesquisa historiográfica, também o texto de Gláucia Vieira Ramos Konrad: *Trabalhadores do Brasil! Esforços e Resistências Diante da Segunda Guerra Mundial*, publicado em 2010, procurou desmistificar a figura dos trabalhadores no Estado Novo como passivos, subalternos, aceitando as condições impostas pelo governo sem a menor possibilidade de resistência.

Utilizando fontes como jornais, correspondências, petições, processos, decretos, ofícios, e alvarás, a autora chamou a atenção para o perigo de analisarmos o papel dos trabalhadores nesse período de forma superficial, sem maiores questionamentos acerca de algumas argumentações historiográficas em torno desse tema. De acordo com Konrad:

Era comum afirmar que a legislação trabalhista e sindical corporativista do Estado Novo destruiu toda e qualquer tradição de luta e resistência da classe trabalhadora brasileira, simplesmente porque impôs uma nova lógica a ela. Se assim, fosse, concluirmos, de antemão, que os trabalhadores brasileiros, manipulados, cooptados, vigiados e controlados pela ditadura, em nada colaboraram para a destruição do mesmo.^{XIX}

Outro ponto questionado pela autora diz respeito à construção teórica que contribuiu para uma interpretação de que a oposição liberal ao Estado Novo seria o único agente histórico de destruição da ditadura, ocultando assim a trajetória de resistência dos trabalhadores. Esse tipo de análise favoreceu um entendimento no sentido de encarar somente uma participação ativa no regime estadonovista das classes dominantes, seja de cunho liberal ou autoritário.

Assim, os trabalhadores aparecem como classe inexistente e inconsciente de seus direitos e deveres. Na verdade, segundo tal lógica, a própria queda da ditadura estadonovista se deu única e exclusivamente por motivos externos, advindos da Segunda Guerra Mundial e a luta contra o fascismo, como se somente os trabalhadores mundiais fossem capazes de exercerem tal façanha.^{XX}

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Glauca Vieira se opõe a esse tipo de interpretação sobre a relação entre Estado Novo e a classe trabalhadora. Ela afirmou que os trabalhadores foram protagonistas, sim, apesar de conviverem cercados pelas limitações promovidas numa ditadura, como a proibição dos dissídios coletivos e do direito de greve. Para tanto, Vieira evidenciou o destacado papel no esforço de guerra onde ocorreu a participação maciça de trabalhadores na FEB (Força Expedicionária Brasileira) e as Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação.^{XXI}

Vieira ainda arrematou sua análise ao indicar que na primeira metade do Estado Novo, os trabalhadores resistiram pela efetivação dos direitos conquistados na forma da lei, enquanto que na segunda metade do regime, essa classe teve que lutar pela manutenção de suas conquistas, em especial a partir de 1942, quando decretos de todo o tipo suspenderam direitos. Some-se a isso, o arrocho salarial e as dificuldades econômicas provocadas pela Segunda Guerra resultando no aumento das reivindicações dos trabalhadores. Diante desse quadro, o Estado novo não poderia sair ileso.^{XXII}

Ainda entre autores que se comprometeram com uma busca por outros quadros teóricos e novas perspectivas de objetos e interpretações há o trabalho de Rafael Athaides e Marcio José Pereira, *Da xenofobia ao Inimigo de Guerra: O Estado Novo e a Situação Germânica no Brasil*, publicado também em 2010. A obra mapeia as linhas gerais dessa transformação, analisando o âmbito das políticas nacionalizantes e o peso das influências externas (as questões internacionais) nas relações do Estado Novo com as comunidades germânicas nacionais.^{XXIII}

Respaldados por fontes como auto de declarações, pesquisados a partir do (DOPS-PR), decretos, dossiês, ofícios e portarias, os autores observaram que, dentro da “Era Vargas”, o Estado Novo configurou-se como a fase onde o alvo de perseguições foi ampliado. Anteriormente ao regime, a repressão destinava-se apenas à figura do comunista. Contudo, após 1937, ela passou a atingir imigrantes e estrangeiros.

Isso aconteceu principalmente devido as implicações geradas pela Segunda Guerra Mundial, evento que contribuiu para uma intensificação da vigilância e repressão por parte do Estado aos germanos, que não poucas às vezes, foram associados ao nazismo.^{XXIV}

Logo, conforme os autores, a transição ocorrida nas relações entre governo e estrangeiros, no período estadonovista, perpassou por etapas, cuja primeira delas, que foi de dezembro de 1937 a janeiro de 1942, caracterizou-se como uma fase de vigilância e “leve” repressão em um sentido mais xenófobo. Já no segundo momento, esses indivíduos ganharam o “status” de inimigos da nação, espiões, sendo alvo de constantes perseguições, tendo suas casas e estabelecimentos comerciais invadidos pela polícia, sofrendo prisões e até mesmo sendo passíveis de pena de morte.^{XXV}

Com proposta similar à de Rafael Athaides e Marcio Pereira, que analisou as relações entre o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial e os estrangeiros, indicamos também o trabalho de Micael Alvino da Silva, *Inimigos em Casa: Os Súditos do Eixo no Paraná (1942-1945)*, publicado igualmente em 2010. Utilizando documentos do consulado alemão, atas, portarias, dossiês, decretos, jornais, entre outras fontes, Alvino

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

da Silva intencionou apontar a vigilância e repressão aos súditos do Eixo no estado do Paraná, como consequência direta de tal conflito.

O autor asseverou que as prisões, inquéritos e condenações que fizeram parte do cotidiano dos estrangeiros a partir do Estado Novo, contribuíram para “confirmar a espionagem” por parte desses indivíduos no Brasil, incentivando para que todos os súditos do Eixo permanecessem sob vigilância, tendo em vista a segurança nacional.^{XXVI}

Assim, após 1942, o Estado Novo passou a adotar uma política nacional, no sentido de atingir todo o país e de combater os possíveis inimigos da nação. A polícia política agia mediante critérios ideológicos, pela “lógica da desconfiança”, ao prender e processar comunistas, integralistas, anarquistas, negros, religiosos, estudantes, nazistas, criminosos comuns e judeus. Qualquer objeto, atitude ou documento se prestava para comprovar as ideias subversivas do suspeito.^{XXVII}

Portanto, Micael Alvino verificou que, como inimigos, os súditos do Eixo sofreram diversas formas de repressão em todo o Brasil. Em nome do Estado e da segurança nacional, foram fechadas diversas associações, clubes e igrejas; religiosos, sobretudo alemães, foram presos; objetos foram apreendidos (como rádio, máquinas fotográficas e livros), enfim, diversas violências físicas e culturais foram cometidas. Milhões de imigrantes, descendentes e familiares de alemães, italianos e japoneses sofreram as consequências de outra guerra, ou um front interno em uma guerra sem guerra.^{XXVIII}

Os trabalhos citados nesse primeiro tópico, mediante essa revisão historiográfica, serviram para demonstrarmos como ocorreram as transformações a partir da década de 1980, no que concerne a uma ampliação do campo de possibilidades em relação às fontes históricas, objetos e a uma renovação do quadro teórico e metodológico ligado aos estudos sobre o Estado Novo. A seguir, daremos continuidade a esse debate, apontando as novas perspectivas em torno desse tema de maneira mais explícita.

Revisitando o Estado Novo sob novas perspectivas

Conforme dito anteriormente, nessa parte do texto, nos debruçaremos sobre o debate em torno das novas perspectivas e tendências historiográficas que impulsionaram os estudos a respeito do Estado Novo, a partir da década de 1980.

Embora o aspecto político continuasse presente nas análises dos historiadores, tal elemento recebeu diferentes contornos devido à inserção de outras perspectivas, a exemplo da social e cultural. Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Embora alguns dos trabalhos desta nova geração apresentassem uma forte continuidade com as temáticas e períodos da primeira geração de historiadores profissionais no Brasil, as opções metodológicas e as abordagens propostas representaram, na prática, um claro rompimento, um passo à frente na pesquisa histórica.^{XXIX}

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Assim, a historiografia passou a se interessar por diversas esferas e personagens que envolveram o Estado Novo. Nesse momento, as contradições que permearam o regime, a influência da Segunda Guerra no contexto brasileiro estadonovista e as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos, constituíram em elementos importantes para as análises historiográficas e contribuíram para o aumento do enfoque nesse período, em comparação aos primeiros anos da década de 1930, marcados por indefinições políticas e ideológicas.

Uma das contradições percebidas na ditadura estadonovista, por exemplo, diz respeito à tentativa dos pesquisadores, a partir dos anos 80, buscar compreender como uma parcela significativa das classes populares aderiu ao Estado Novo, regime assinalado pela extrema repressão política e forte controle social.

Diante disso, podemos indagar o seguinte: Será mesmo que grande parte da população apoiou o regime incondicionalmente ou esse tipo de análise contribuiu apenas para ratificar o sucesso do estadonovismo? O povo e os movimentos de resistência foram mencionados?

José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, publicado originalmente em 2001, realizou uma importante análise a respeito dessas questões. Com o objetivo de refletir sobre a trajetória política do país, desde a proclamação da Independência, em 1822, até o período da Redemocratização após o término da Ditadura Civil Militar, em 1985, ele procurou apontar os avanços e retrocessos quanto à conquista dos direitos políticos, sociais e civis da população durante esse espaço de tempo.

Em relação ao Estado Novo, Carvalho admitiu que, embora a participação política da população ainda fosse incipiente durante o estabelecimento do estadonovismo, em contrapartida, a conquista significativa dos direitos sociais nesse período, se compararmos com fases anteriores, contribuíram para uma espécie de “passividade” geral ou acomodação ao regime.^{XXX}

Somando-se a conquista dos direitos sociais, Carvalho apontou ainda outras razões para essa adesão popular ao Estado Novo, entre elas, o apoio dos integralistas a Vargas, a postura nacionalista e industrializante do governo estadonovista e, sobretudo, o temor ao comunismo e a guerra iminente. O autor explicou que, diante de uma população de maioria católica, temerosos com o regime soviético, sendo incitados pelos integralistas que se aproveitavam disso, além de toda a sensação de progresso nacional gerada pela industrialização, era compreensiva a aceitação popular ao regime ditatorial, seja por conveniência, ou por simpatia.^{XXXI}

Quanto aos movimentos de resistência, o autor advertiu que entre 1930 e 1937, o Brasil atravessou um momento de forte instabilidade política, suscitando alguns movimentos de resistência como a própria Revolta Constitucionalista, em 1932 e mais alguns levantes, como os que aconteceram nas cidades de Natal e Rio de Janeiro, organizado pela ANL (Ação Nacional Libertadora), em 1935. No entanto, Carvalho enfatizou que essas rebeliões possuíam um estilo dos movimentos tenentistas, centralizados nas ações militares, em detrimento das atuações populares.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Já durante o Estado Novo, o autor não apontou nenhum movimento específico de resistência popular, a não serem as reivindicações em torno das questões ligadas à entrada do Brasil na guerra, em favor dos Aliados. De acordo com Carvalho, “a oposição ao Estado Novo só ganhou força por efeitos das mudanças eternas trazidas com o final da Segunda Guerra”.^{XXXII}

Ainda no que diz respeito às contradições que atravessavam o Estado Novo, focando no apoio das classes populares ao período ditatorial estabelecido por Vargas, esse tipo de reflexão ocorreu em grande parte por conta das discussões sobre o surgimento de uma “nova” perspectiva de cultura política, a política de massas. O pensamento antiliberal e antidemocrático de diferentes nuances revelava grande preocupação com a problemática das massas.

Diante desse quadro, surgiram ideias de como resolver questões ligadas ao controle popular, a fim de evitar possíveis eclosões de revoluções. Para tanto, a presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem era imprescindível. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Depois dos anos 30 a transformação da sociedade latino-americana em sociedades de massa, a forte urbanização e industrialização potencializarão as demandas populares por participação e cidadania.^{XXXIII}

A partir disso verificaremos a tentativa de inserção das grandes massas populares no cenário político, filiando-se em partidos populares como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). É claro que esse “despertar” das camadas populacionais incidirão sobre as elites tradicionais, acostumadas a estar no controle do Estado. Além disso, a nova realidade trazida pelos anos 30 provocou a necessidade das elites repensarem estratégias que garantissem sua permanência no poder, haja vista a sua incapacidade de ganhar eleições em sociedades modernas.

Logo, em meio a mudanças tão relevantes, a atuação política deveria passar por ajustes a fim de conseguir controlar as massas populares e, paralelamente, garantir a elas uma maior “participação política”, permitindo que se tornassem “plenos cidadãos”. Para tanto, o Estado Novo lançou mão de um discurso voltado para as massas, mas respaldado ideologicamente por um grupo de intelectuais, cujo objetivo era imprimir uma cultura política na qual estabeleceria a união entre as esferas políticas e sociais no país. De acordo com Capelato:

Os ideólogos do Estado Novo, alegando que o Estado Liberal separara o homem, cujo domínio é o da cultura, do cidadão, cujo domínio é o da política, defendiam a necessidade de unificar as esferas política e social através do estabelecimento de uma “cultura política”. Nessa perspectiva, a política era compreendida como força disciplinadora, coordenadora e organizadora das forças sociais; as manifestações culturais só poderiam ocorrer sob a tutela da ordem política.^{XXXIV}

A iniciativa de Vargas em estabelecer um novo tipo de cultura idealizada por poucos, caminhando no sentido vertical (do governo para o povo), demonstrou o quanto a inserção das massas populares no cenário político ficou comprometida. Na verdade, o regime estadonovista considerava o povo brasileiro inapto para a participação política,

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

já que uma grande parcela da população ainda era composta de analfabetos e, portanto, propunha-se a organização do novo Estado pelo alto, o que explica a preocupação do governo em ganhar o apoio das elites intelectuais.

Em meio a essa gama de elementos que constituíram a cultura no Estado Novo, contribuindo de maneira direta ou indireta no sentido de controle da população, queremos destacar também as relações entre Brasil e Estados Unidos, fato que concorreu para uma múltipla influência cultural, marcando sensivelmente os trabalhos historiográficos desde a sua renovação nos anos 1980.

Neste sentido, Gerson Moura em *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*, publicado em 1984, mostra que o imenso impacto cultural produzido como resultado dessa presença norte americana no Brasil não foi aleatório, mas obedeceu a um planejamento cuidadoso de penetração ideológica e conquista de mercado.

Moura afirmou que a década de 1940 foi notável pela presença cultural maciça dos Estados Unidos, entendendo-se cultura no sentido amplo dos padrões de comportamento, da substância dos veículos de comunicação social, das expressões artísticas e dos modelos de conhecimento técnico e saber científico. O traço comum às transformações que então ocorriam no Brasil na maneira de ver, sentir, explicar e expressar o mundo eram a marcante influência que aquelas mudanças recebiam do “american way of life”.^{XXXV}

O modo de vida americano foi apresentado aos países da América Latina por meio da Política da Boa Vizinhança, estabelecida por Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Tal iniciativa objetivava a convivência pacífica e harmoniosa entre as nações americanas, além da realização de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre Estados Unidos e o restante da América.

Assim, o autor assegurou que devido a essa relação mais estreita durante o Estado Novo, a população pôde experimentar no seu cotidiano outros paladares, preferências, sons e vocabulário, embora Moura tenha confirmado também que os estadunidenses provaram dos nossos temperos, cores e manifestações artísticas.

Contudo, apesar desse aparente equilíbrio diante das trocas culturais entre Brasil e os EUA, Gerson Moura advertiu sobre a importância de percebermos os aspectos implícitos em torno dessa ação:

Deve-se reconhecer os aspectos positivos dessa difusão cultural norte-americana, na medida em que ela contribuía de algum modo ao intercâmbio de ideias e a aquisições reais de saber técnico e científico. De outro lado, porém, é preciso reconhecer não só o preconceito e o viés que orientavam boa parte desse intercâmbio, como também o fato de que essa difusão cultural constituía um elemento-chave de uma construção imperialista durante a guerra e o pós-guerra.^{XXXVI}

Ainda sobre as relações culturais à época do Estado Novo, encontramos já ao final do século XX, o trabalho de Antônio Pedro Tota, *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*, publicado em 2000.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Tota abordou o processo de americanização do Brasil, mostrando como os brasileiros deram boas vindas, usaram e reagiram à cultura de massas americana ideologizada. Entretanto, ele afirmou também que essa assimilação cultural se fez não por pura imitação, mas por recriação seguindo a antiga tendência de antropofagia na cultura brasileira.^{XXXVII} O autor apropriou-se de uma vasta bibliografia referente ao tema, vasculhou arquivos à procura de fontes nas cidades de Washington, Nova York, Rio de Janeiro e São Paulo e analisou revistas e jornais à época da Segunda Guerra.

Respalado por essa documentação, Tota procurou mostrar ao longo da sua obra, que a receptividade por parte dos brasileiros quanto à americanização, não se deu de forma uníssona. Foi um processo que gerou polêmica, resultando em argumentos contrários e a favor dele. Os contrários, afirmavam que o Brasil perderia sua identidade cultural, já os defensores, recebiam esse modelo como um ponto de partida para a modernização do país. Apesar desse paradoxo, a americanização foi quebrando possíveis resistências e assumindo um papel de paradigma, superando o lugar do tradicional afrancesamento, já desgastado desde os anos 1930.^{XXXVIII}

Por último, a exemplo de Moura, Tota assegurou também que esse processo foi permeado por um clima de mútua sedução. Os brasileiros encantaram-se pelo “American way of life” apresentado pelos EUA, enquanto que os norte-americanos se sentiram atraídos pelas belezas brasileiras e, sem dúvida, pelas riquezas necessárias à máquina de guerra na luta contra o nazismo. Certamente, para além da cultura, interesses econômicos ligavam os dois países nos anos 40, embora o autor aponte no decorrer do livro que esses interesses não seriam mais primordiais com o fim da Segunda Guerra e a consolidação política e econômica dos Estados Unidos.^{XXXIX}

Além das obras de Gerson Moura e Pedro Tota, escritas nos anos finais do século XX, indicamos ainda dois trabalhos historiográficos mais recentes, que exibiram similarmente, propostas acerca das relações e perspectivas culturais no Estado Novo. Estamos falando de Neill Lochery, em *Brasil: os frutos da guerra*, publicado em 2015 e da obra de Adalberto Paranhos, *Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”*, lançado no mesmo ano.

Na primeira obra, Lochery analisou como as implicações da Segunda Guerra Mundial geraram mudanças no cotidiano do Brasil durante o regime estadonovista, apontando as transformações decorrentes da troca cultural entre Brasil e Estados Unidos à época. Além disso, o autor preocupou-se em mostrar a habilidade política ou, de acordo com alguns historiadores, a postura ambígua de Vargas e o oportunismo econômico do governo brasileiro, que permitiram que o conflito alçasse o país à condição de potência regional.

Admitindo a instalação do Estado Novo como golpe e compreendendo o regime como uma ditadura, Lochery demonstrou afinidade com a proposta de inovação interpretativa na historiografia, quanto aos estudos referentes ao período, além de lançar mão do artifício literário em seu trabalho, o que torna a leitura da obra agradável. Esse “desapego” com os modelos mais tradicionais de produção histórica contribuiu para que o autor buscasse pensar também nos aspectos culturais inseridos nessa fase, entre eles, os frutos da relação entre Brasil e os EUA.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

O autor também discutiu como Nelson Rockefeller (1908-1979), graças a instalação do OCIAA (Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos), trabalhou para estabelecer as trocas culturais nesse processo. No intuito de difundir a propaganda dos EUA no Brasil, a agência do magnata norte-americano teve a ideia de comprar grandes blocos de espaço publicitário em jornais locais de toda a região. Os anúncios destacariam as virtudes de se viajar para os EUA.

Contudo, o verdadeiro objetivo era ocupar espaços nos jornais, impedindo assim que os países do Eixo inserissem suas próprias propagandas, apoiando-se no sentimento antiamericano latente no país.^{XL}

Valendo-se dos jornais como meio de divulgação cultural, a OCIAA utilizou ainda o rádio, um dos mais importantes instrumentos de propaganda de guerra e irradiador de cultura à época. A agência apresentava programas transmitidos diretamente dos Estados Unidos ou por estações locais. Além de fazer a cobertura dos fatos relacionados ao andamento da guerra, as transmissões procuravam divulgar a cultura norte-americana e se contrapor à propaganda de guerra do Eixo.

Não obstante à propagação cultural por meio das mídias, o cinema e a música também contribuíram para o estabelecimento de uma relação mais estreita entre os países americanos. Diante da renovação historiográfica impulsionada nos anos 1980, materiais como letras e estilos de canções, por exemplo, se tornaram elementos importantes de pesquisa no que diz respeito às análises do Estado Novo, como verificaremos a seguir na próxima obra.

Com o desafio de entrecruzar os caminhos da política e da cultura, valendo-se da canção popular, Adalberto Paranhos em *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”* examinou o período estadonovista através da produção musical, rastreando as polêmicas em torno desta e analisando, de forma crítica e inovadora, parte da história política, social e cultural brasileira. Para tanto, o autor procurou verificar as práticas, representações e apropriações, recompondo as ambiguidades que envolveram a produção fonográfica da música popular no governo Vargas, enfatizando o período de ação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) entre 1939 a 1945.^{XLI}

Utilizando as canções (sambas) como fonte principal, mas também acrescentando à sua investigação jornais, revistas, programas de rádio, documentação do DIP, entre outras fontes, Paranhos, centra sua análise a partir da perspectiva de uma “história vista de baixo”, pretendeu desnaturalizar as interpretações sobre as canções, evidenciando como os sambistas tiveram um papel decisivo para assegurar a incorporação do samba como um dos símbolos da nacionalidade, num momento em que o Estado se empenhava em expurgar elementos constitutivos do samba urbano carioca, como o culto à malandragem.^{XLII}

Um dos pontos importantes registrados pelo autor, que toca de perto no paradoxo vivido durante o Estado Novo em relação à manutenção de uma nacionalidade, em contrapartida da influência sofrida através das trocas culturais, foi ter examinado como o samba carioca, originado dos negros e dos morros brasileiros, teve que se adaptar ao contexto mais geral do desenvolvimento capitalista, a fim de disputar o mercado musical. De acordo com Paranhos:

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

[...] Embora me dispense de abordar, aqui, em detalhes, as transformações que estavam em andamento, aponto, de passagem, algumas mudanças fundamentais que levaram o samba - mesmo sem perder contato com suas raízes negras – a incorporar outras atitudes e outros tons. Como música popular que se industrializava, sua expansão girou, e nem poderia ser diferente, na órbita do crescimento da indústria cultural em formação.^{XLIII}

Diante da incorporação desses outros tons, em grande parte influenciada pelo processo de americanização do Brasil nesse período, o samba, na corrida para afirmar-se como produto nacional, precisou, de acordo com o autor, saltar alguns obstáculos pelo caminho. Para tanto, era indispensável que ele distendesse seus limites de origem. Isso implicou na inclusão de outros grupos e classes sociais, registrando-se, desse modo, um deslocamento relativo de suas fronteiras étnicas, sociais e geográficas.^{XLIV}

Assim, Adalberto Paranhos, tomando como referência a audição das gravações da época, buscou evidenciar, como no campo de forças que se delineava na área da criação musical, o samba foi sendo inventado como elemento essencial da singularidade cultural brasileira por obra dos próprios sambistas (grifo nosso), ratificando a presença de outros elementos culturais que foram agregados a ele, por isso a necessidade de tal “invenção” e contrariando a ideia de interpretação do Estado Novo a partir da atuação estatal, silenciando as vozes dissonantes desse período.^{XLV}

Portanto, conforme verificamos nas obras indicadas acima, a criação do conceito de Cultura Política^{XLVI} permitiu aos pesquisadores do Estado Novo perceber pontos importantes desse período, limitado anteriormente aos aspectos mais explícitos e materiais dele. O regime passou a ser estudado em sua complexidade, adentrado em suas subjetividades, refletido no que havia “por trás dos bastidores” do governo enquanto mera instituição política e na sua relação com a nação. A partir desse conceito podemos analisar com maior afinco como Vargas soube utilizar o discurso e a propaganda para doutrinar a população e comportá-la às novas regras do regime, amparado por uma ideologia.

Paralelamente a isso, observamos também como a Cultura Política contribuiu para compreendermos o paradoxo entre a tentativa do Estado Novo em “unir os cidadãos” em torno do governo, sem necessariamente dispor de meios que garantissem uma cidadania plena e uma participação efetiva da população no cenário político. A noção de homogeneidade e unicidade ficou mesmo a cargo da propaganda política como forma de legitimar o sistema e da educação, terreno fértil no qual Getúlio Vargas soube fazer germinar as sementes plantadas pelos ideólogos estadonovistas.

Assim, tendo demonstrado através de alguns trabalhos como a historiografia foi mudando gradativamente suas perspectivas em relação ao Estado Novo, buscaremos no próximo tópico perceber como um regime desta magnitude chega à historiografia escolar. Para tanto, realizamos um levantamento das dissertações e teses da CAPES, buscando trabalhos que abordassem a relação entre Estado Novo e livros didáticos, conforme exibiremos a seguir.

O Estado Novo na historiografia escolar

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

Ao examinarmos a dissertação de Luiz Reznik, entre os trabalhos verificados de acordo com nossa consulta ao sítio Capes, constatamos que o tipo de proposta dele enquadrou-se no perfil inovador apresentado a partir dos anos 1980, mencionado por Capelato.

Com o foco no ensino secundário e abarcando um recorte temporal desde o começo dos anos 1930 até o término do Estado Novo, Reznik (1992) analisou as relações entre o pensamento social brasileiro, os debates educacionais, as interdições oficiais ao livro didático, a produção editorial, partindo das concepções vigentes sobre o ensino de História à época.

Baseado nas palavras de Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação entre 1934 a 1945, Reznik afirmou que a concepção de educação proposta para o ensino secundário no período estadonovista era a de formar a personalidade intelectual, moral e cívica dos alunos. Além disso, o projeto educacional tinha um compromisso mais amplo. O intuito era de modernizar e promover a unidade da nação através do controle estatal e com o respaldo de uma intelligentsia, que compunha o governo Vargas.

Diante da importância e ampliação que a educação teve nesse momento, o mercado editorial de livros, sendo estes didáticos ou não, acompanhou paralelamente esse crescimento. Segundo Reznik, no pós-1930, houve um crescimento significativo desse tipo de negócio, permanecendo assim, até a década de 1990, época da publicação da sua dissertação. Tal aumento ocorreu devido ao decréscimo da importação de livros estrangeiros e à própria expansão da escola secundária.^{XLVII}

O autor ainda apontou que as editoras seguiam uma tendência da literatura e da historiografia naquele momento, influenciadas pelo movimento Modernista e amparadas também por uma representatividade de intelectuais ligados ora, por uma corrente interpretativa, ora por uma linha de pensadores mais tradicionais.

No que tange ao modernismo, Antônio Candido afirmou que o movimento promoveu mudanças significativas na literatura brasileira, constituindo num momento de ruptura de alguns padrões interpretativos e estruturais, na procura do resgate do verdadeiro espírito brasileiro:

O Modernismo [...] inaugura um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio ao arsenal daquele. Deixa de lado a corrente literária estabelecida, que continua a fluir; mas retoma certos temas que ela e o espiritualismo simbolista havia deixado no ar. Dentre estes, a pesquisa lírica tanto no plano dos temas quanto dos meios formais; a indagação sobre o destino do homem e, sobretudo, do homem brasileiro; a busca de uma forte convicção. Dentre os primeiros, o culto do pitoresco nacional, o estabelecimento de uma expressão inserida na herança européia e de uma literatura que exprimissem a sociedade.^{XLVIII}

Candido ainda constatou que o Modernismo objetivou a libertação de alguns recalques históricos, sociais, étnicos, como também pretendeu afastar o sentimento de inferioridade do Brasil perante Portugal, procurando elevar ao máximo, a originalidade e a autoestima da nação.^{XLIX} Tal perfil ficou evidente em torno das querelas quanto ao

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

estabelecimento da disciplina História do Brasil no ensino secundário, como também no que tange ao propósito do ensino de História de uma forma geral.

Luiz Reznik assegurou que o ensino de História nesse contexto, teve a incumbência de educar através da experiência. Essa prática objetivou levar o aluno a se adaptar ao meio social, ou seja, educar pela experiência, foi o mesmo que "ajustar". Nesse sentido, os conteúdos dos livros deveriam ser escritos de tal maneira, que fornecessem uma identificação do aluno com seu cotidiano, sob a pena desses conteúdos exibirem um caráter meramente informativo, sem sentido prático.

Seguindo na mesma direção, a implantação da cadeira de História do Brasil nas escolas, de acordo com o Plano Nacional de Educação em 1937, teria que desempenhar o papel exemplar e modelador. Serviria como instrumento de advertência para que os mesmos erros do passado, não fossem repetidos no presente e os bons exemplos fossem seguidos. De acordo com Reznik, a História da Pátria seria: "Um antídoto para ideologias "fracassadas", cujo erro repousa em não serem realistas, não acompanharem o caminho correto da sociedade brasileira, não compreenderem sua índole".^L

O trabalho de Luiz Reznik apresentou uma abordagem importante sobre o período estadonovista ao apresentar a importância que a educação recebeu durante o Estado Novo, mencionando as reformas no campo educacional e na ampliação do ensino secundário. Ele também demonstrou como a História foi uma área do conhecimento que suscitou preocupações, no sentido de o governo utilizá-la de maneira a atender seus interesses, diante de uma configuração que estava sendo delineada naquele momento.

Contudo, insistimos ainda que, embora Reznik tenha tocado na relação do ensino de História e da expansão do mercado editorial de livros didáticos nessa época, ele não se propôs a examinar como o Estado Novo foi descrito nos livros didáticos de História tanto no próprio período estadonovista, quanto na década de 1990, ocasião da publicação de sua dissertação, nem abordou as representações do regime nesses suportes didáticos.

Flávia Eloisa Caimi em *Novas Conversas e Antigas Controvérsias: Um Olhar Sobre a Historiografia do Ensino de História*, afirmou que a pesquisa sobre Livro didático ganhou novos contornos a partir da década de 1980 e parte da década seguinte. Isso se deveu em grande parte ao surgimento dos Programas de Pós-Graduação, bem como, pela renovação no foco de análise, especialmente evidenciada pela incorporação das políticas do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), na qual aparece o esforço dos pesquisadores em investigar suas potencialidades e progressos.^{LI}

Além disso, amparada pelos argumentos de Bittencourt (2004), ela admitiu que os avanços nas pesquisas brasileiras sobre livros didáticos de história são perceptíveis e, demonstram que as análises têm buscado ultrapassar as constatações de seu caráter ideológico, cuja denúncia é importante, mas não condiz a uma compreensão mais significativa dessa produção.^{LII}

Diante da afirmativa de Caimi e procurando seguir uma metodologia semelhante à de Maria Helena Capelato, nós realizamos um levantamento no Banco de Dissertações

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

e Teses da CAPES, buscando trabalhos que relacionassem Estado Novo - Educação - Livros Didáticos, focando nas representações desse período. Nossa procura abarcou os anos de 1997 a 2016, numa tentativa de ampliar o recorte temporal estipulado por Capelato à época da sua pesquisa, a fim de identificar a quantidade de textos referentes ao período estadonovista com esse tipo de perspectiva.

Assim, foram encontrados 39 trabalhos que abordaram o campo educacional ligado ao Estado Novo, sendo que 7 deles possuem o foco na relação entre a ditadura de Vargas e os livros didáticos. Nossa pesquisa foi feita a partir de filtros diferenciados, no sítio CAPES^{LIII} onde encontramos textos entre os anos de 1999-2015. No entanto, na catalogação destes trabalhos, não localizamos textos cujos títulos indicassem uma análise em torno das representações do Estado Novo nos livros didáticos de História.

Outra observação importante, é que a maioria desses trabalhos pertencem a autores ligados a universidades do Sudeste e Sul do Brasil, contando com o registro de apenas 1 artigo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e nenhum da região Nordeste. Além disso, encontramos ainda 2 trabalhos da Universidade do Porto (FLUP).

Verificamos também, a presença maior de trabalhos nos Programas de Pós-Graduação em Educação, perfazendo o total de 19 textos, seguido por História, com 16 trabalhos e os demais, nas áreas de Economia, Saúde Pública, Ciência Política e Ciências Sociais, com 1 trabalho de cada.

De acordo com os resultados desse levantamento e da revisão historiográfica apresentada, podemos realizar algumas considerações importantes. Primeiramente, admitimos que os anos 1980 promoveram o surgimento de trabalhos que tocassem em alguns aspectos do Estado Novo, anteriormente relegados pela historiografia, como textos a respeito dos meios de comunicação à época, ou com temas ligados ao papel das mulheres, do negro, da participação popular, entre outros. Compreendemos que essa gradativa mudança na historiografia contribuiu para o aumento significativo de estudos voltados ao regime de Vargas, principalmente trazendo à tona, aspectos da cultura, sociedade e colocando sujeitos antes marginalizados, em evidência.

Já em relação aos resultados do levantamento de trabalhos voltados para o período estadonovista e educação, notamos ao menos uma carência tanto por parte da historiografia, como também na área da educação, de textos que toquem na temática relacionada ao Estado Novo e livros didáticos, haja vista a importância do período para a historiografia e do suporte educacional no cotidiano escolar como instrumento pedagógico.

Encarando os livros didáticos como fonte para o historiador além de representarem uma ferramenta imprescindível tanto para o professor, quanto para o aluno em sala de aula, é importante que os resultados das transformações e inovações na historiografia, a partir de 1980, com a ampliação do campo de possibilidades nos estudos referentes ao Estado Novo constituam em combustível para o aumento de trabalhos que debruçam sobre o enfoque educacional desse período, principalmente no que se refere ao campo voltado para a historiografia escolar.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

^I Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS), Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). Este trabalho consiste em parte da nossa dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2017, orientada pelo Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard e financiada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

^{II} CAPELATO, 2012, p. 184, 191.

^{III} CHAUI, 1984, p. 16.

^{IV} CHAUI, 1984, p.17.

^V BORGES, 2012, p.160.

^{VI} Segundo a autora, a criação do CPDOC em 1973, contribuiu de maneira crucial para o avanço dos estudos sobre a “Era Vargas” graças a uma vasta documentação disponível referente ao período.

^{VII} VELLOSO, 2007, p.154.

^{VIII} DECCA, 1984, p. 38-39.

^{IX} CAPELATO, 2012, p. 184.

^X Capelato indicou uma parte das obras que contemplaram o Estado Novo dentro da inovação historiográfica imprimida a partir dos anos 1980. A fim de exemplificar, mencionaremos apenas algumas delas, como a publicação de Ângela Castro Gomes e Maria Celina Soares D’Araújo, **Getulismo e trabalhismo** (1980); Plício de A. Ramos, **Os partidos paulistas e o Estado Novo** (1980); Lucia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Castro Gomes, **Estado Novo: ideologia e poder** (1982); Jairo Severino, **Getúlio Vargas e a música popular** (1983); José Luiz Werneck da Silva (org.), **O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo** (2 v., 1991 -2); Jorge Ferreira, **Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular** (1997). As demais obras podem ser verificadas nas referências encontradas nas páginas 447 e 448.

^{XI} CAPELATO, 2012, p.184.

^{XII} CAPELATO, 2012, p.189.

^{XIII} Sobre o rádio como meio de comunicação durante o Estado Novo, ver: HAUSSEN, Doris Fagundes.

Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

^{XIV} Dos trabalhos citados, analisamos a Dissertação de mestrado de Luiz Reznik - **Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)**, esta, sendo apresentada ao Departamento de História da UFF já nos anos 1990. Os demais trabalhos citados por Capelato foram o de Helena Maria Bousquet Bomeny, que apresentou em uma das suas obras o título **Política e educação em regime autoritário: a questão do livro didático**, durante os anos de 1980 e o trabalho de Vanda Maria Ribeiro Costa, também escrito na mesma década – **Educação e política no Estado Novo: a reforma do ensino secundário de 1942.**

^{XV} CAPELATO, 2012, p. 195.

^{XVI} SILVA, 2010, p. 24-26.

^{XVII} SILVA, 2012, p. 268.

^{XVIII} SILVA, 2012, p. 276-277.

^{XIX} KONRAD, 2010, p. 565.

^{XX} KONRAD, 2010, p. 565.

^{XXI} VIEIRA, 2010, p. 567.

^{XXII} VIEIRA, 2010, p. 567.

^{XXIII} ATHAIDES; PEREIRA, 2010, p.637.

^{XXIV} ATHAIDES; PEREIRA, 2010, p. 640-642.

^{XXV} ATHAIDES; PEREIRA, 2010, p. 643, 644.

^{XXVI} ALVINO, 2010, p. 665.

^{XXVII} ALVINO, 2010, p. 666.

^{XXVIII} ALVINO, 2010, p. 667.

^{XXIX} SILVA, 2010, p. 30.

^{XXX} CARVALHO, 2011, p.106.

^{XXXI} CARVALHO, 2011, p. 106.

^{XXXII} CARVALHO, 2011, p. 108.

^{XXXIII} SILVA, 2010, p.73.

^{XXXIV} CAPELATO, 2012, p. 209.

^{XXXV} MOURA, 1984, p.3.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

XXXVI MOURA, 1984, p.5.

XXXVII TOTA, 2000, p.193.

XXXVIII TOTA, 2000, p.16.

XXXIX TOTA, 2000, p. 183-184, 193.

XL LOCHERY, 2015, p. 118-119.

XLI PARANHOS, 2015, p.17.

XLII PARANHOS, 2015, p. 18-19.

XLIII PARANHOS, 2015, p.48.

XLIV PARANHOS, 2015, p.55.

XLV PARANHOS, 2015, p. 49.

XLVI Trabalhamos com o conceito de Cultura Política a partir da perspectiva de Mônica Velloso, que concebe a cultura como um dos núcleos mais sólidos do regime. De acordo com a autora, a Cultura Política visa difundir uma ideologia política pré-determinada, com a finalidade de alcançar as camadas populares, através das mais variadas manifestações culturais, como a música, as artes, a literatura, objetivando homogeneizar a população e acomodá-la ao regime, mediante a propaganda pelos meios de comunicações disponíveis à época (VELLOSO, 2007).

XLVII REZNIK, 1992, p.29.

XLVIII CANDIDO, 1985, p.119.

XLIX CANDIDO, 1985, p.119.

L REZNIK, 1992, p. 68.

LI CAIMI, 2008, p.132.

LII CAIMI, 2008, p.132.

LIII Endereço eletrônico:<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez20.periodicos.capes.gov.br>.

Referências Bibliográficas

ATHAIDES, Rafael; PEREIRA, Márcio José. Da xenofobia ao inimigo de guerra: o Estado Novo e a situação da comunidade germânica no Brasil. In. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**/ (Org.) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**/ (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CAIMI, Flávia Eloisa. Novas Conversas e Antigas Controvérsias: Um Olhar Sobre a Historiografia do Ensino de História. In. **Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços** / (Org.) OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLE, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Natal, RN: EDFURN, 2008. 200p.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**/ (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O Longo Caminho. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930: o silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Trabalhadores do Brasil: esforços e resistências diante da Segunda Guerra Mundial. In. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial/** (Org.) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FER-RER, Jorge. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”**. 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

REZNIK, Luiz. **Tecendo o Amanhã** (A História do Brasil no Ensino Secundário: Programas e Livros Didáticos). Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Por uma História comparada das ditaduras. In. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial/** (Org.) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

SILVA, Giselda Brito. No Campo Político da Direita: os conflitos entre a polícia do Estado Novo e os integralistas. In. **Campos da Política - Discursos e Práticas/** (Org.) SCHUSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. 1. ed. São Paulo: Editora LP-Books, 2012.

SILVA, Micael Alvino da. Inimigos em casa: os súditos do Eixo no Paraná. In. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial/** (Org.) SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In. **O Brasil Republicano**, v.2: o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo/ (Org.) FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**O ESTADO NOVO, NOVAS ABORDAGENS: A GRADATIVA MUDANÇA NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ESCOLAR**

MÔNICA PORTO APENBURG TRINDADE
